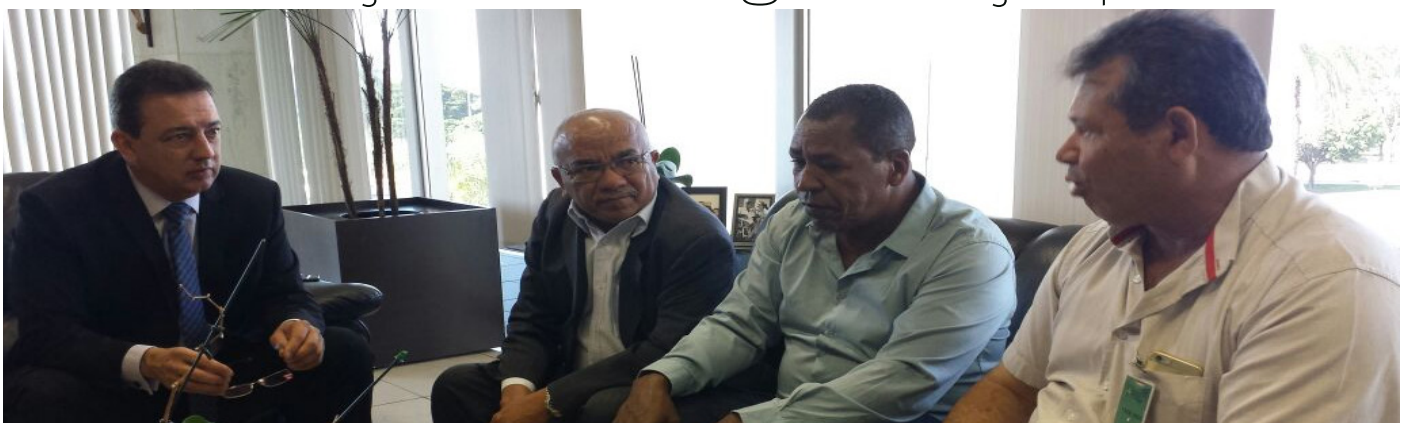
NOTÍCIAS CNTV VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 25/Mai

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 1515| 2016

Sindesv-DF pede ao TCDF que libere a licitação do governo para contratação de segurança privada



Representantes dos trabalhadores pediram agilidade na liberação da licitação

O deputado distrital Chico Vigilante (PT), juntamente com o Sindicato dos Vigilantes do DF (Sindesv-DF), pediu ao presidente do Tribunal de Contas do DF (TCDF), Renato Rainha, agilidade no processo para liberação da licitação que renovará a contratação de empresas de vigilância privada com o GDF. O pedido foi feito durante uma reunião, realizada na manhã desta terça-feira (24), e acompanhada pelo presidente do Sindesv-DF e secretário de Finanças da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), Jervalino Bispo, epel o vice-presidente do Sindesv-DF, Paulo Quadros.

Os sindicalistas apresentaram a Rainha uma série de questionamentos sobre a liminar que suspendeu a licitação. De acordo com o grupo, os empresários que atualmente têm contrato com o GDF quiseram barrar o processo para não perder o monopólio da prestação de serviço privado.

"Hoje, apenas cinco empresas de vigilância prestam serviço para todo o GDF. A nova licitação está dividida em 15 lotes. Isso vai democratizar a prestação de serviço e reduzir os custos para o GDF", explicou o parlamentar.

"O governo pode economizar até R$ 50 milhões ao ano com a licitação, mantendo os mesmos postos de segurança", completou.

Para Jervalino Bispo, a licitação também é mais uma forma de dar tranquilidade para os trabalhadores das empresas prestadoras de serviço. "Eles estão com medo de perder os seus postos de trabalho", contou.

"Uma lei proposta por Chico Vigilante, já aprovada na Câmara Legislativa, determina que as empresas que ganharem a licitação terão a obrigação de contratar os mesmos trabalhadores que já prestam serviço para o GDF", explicou o Bispo.

Rainha garantiu ao grupo que assim que a Secretaria de Planejamento encaminhar ao órgão os documentos que estão faltando na licitação, pedirá à assessoria técnica para agilizar o processo de votação no plenário.

De acordo com o GDF, serão contratados 7.410 trabalhadores para fazer a segurança do patrimônio. Do total de postos, 2.381 atenderão à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG) e outros 64 órgãos de governo. A Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SESDF), que está sem contrato, passará a contar com 1.324 trabalhadores. Os vigilantes ficarão distribuídos em mais de 800 endereços em todo o DF.

O valor anual dos contratos está estimado em R$ 555.7 milhões.

Fonte: Assessoria Chico Vigilante

Vigilantes do ES saem às ruas e pedem eleições para o Sindicato

Vigilantes do ES querem fim da intervenção no Sindicato e novas eleições. Assessoria do TRT prometeu celeridade no julgamento do embargo.

Cansados de um sindicato de fachada e de bancar o salário mensal de R$ 5 mil do interventor indicado pela Justiça, os vigilantes do Espírito Santo saíram às ruas na manhã desta terça-feira (24) pedindo eleições para a entidade e denunciando o descaso com que a Justiça vem tratando do assunto. Na porta do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), os trabalhadores cobraram da juíza a retirada do interventor e a convocação imediata da eleição. O secretário geral da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), Cláudio José, acompanhou toda a atividade.

Com salário de R$ 5 mil, o interventor comparece à entidade apenas duas vezes por semana, de 8h às 12h, tempo insuficiente para tratar de todas as demandas da categoria. “Isso gera um prejuízo muito grande para toda a categoria no Estado, que tem em torno de 10 mil Vigilantes”, avaliou Cláudio.

“Só quem está ganhando com isso são os empresários que estão pagando salários e horas extras atrasados dos companheiros, tudo porque o sindicato não tem diretoria”, completou.

Recebidos pela assessoria da presidência do TRT, os vigilantes saíram de lá com a promessa de que o embargo que impede novas eleições será julgado em breve e em seguida será convocada nova eleição.

Fonte: CNTV

Atenção vigilantes do RS:

Abertas inscrições do curso sobre estresse e transtornos psiquiátricos para vigilantes

Estão abertas a toda a categoria as inscrições, gratuitas, para o curso de "Ritmos Biológicos e Estresse pós-Traumático" que o Sindivigilantes do Sul e Hospital de Clínicas realizam pela segunda vez, no próximo dia 11 de junho, sábado, a partir das 9 horas. Basta ligar para o sindicato e pedir para fazer a inscrição, pelos telefones (51) 3224-4545 ou (51) 3225-5070 ou pelo emailsindivigdosul@terra.com.br, informando assunto, nome, telefone e RG.

Serão três palestras ao todo, onde serão tratados temas como os ritmos biológicos do corpo humano e o trabalho em turnos variados, distúrbios de sono e transtornos psiquiátricos que podem acometer uma categoria como a dos vigilantes, que têm jornadas de trabalho diferenciadas da maioria das pessoas, além passar por muitas situações de tensão e violência.

As palestras serão de especialistas nessa área, que fazem atendimentos, coordenam trabalhos e realizam pesquisas científicas no Hospital de Clínicas de Porto Alegre. As médicas Maria Paz Loayza Hidalgo e Lúcia Helena Freitas Ceitlin são também professoras na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do sul (Ufrgs). Com certa frequência, apresentam seus estudos em congressos no Brasil e no exterior.

O diretor Marlon Costa, secretário de Políticas Púbicas e Sociais do Sindivigilantes do Sul, participou do primeiro curso, para diretores e apoios do sindicato, em maio, e pretende participar deste também: "Foi muito proveitoso porque abriu para nós uma visão que não tínhamos dos problemas do sono e das questões psiquiátricas que dizem respeito diretamente à nossa categoria", afirmou.

Elisa Melo de Araújo, apoio do sindicato, também participou e recomenda que todos (as) se inscrevam para o próximo, que é aberto a toda categoria. "Hoje, depois do curso, eu tenho outra visão a respeito disso, dos transtornos psiquiátricos, porque antes via isso até como 'frescura' e hoje a gente vê que é outra coisa, que tem muita gente depressiva, com problemas emocionais", disse a vigilante.

O primeiro aconteceu em maio, para diretores, apoios e funcionários do sindicato

Curso de Ritmos biológicos e Estresse Pós-traumático para Vigilantes

Local: Auditório do Sindicato dos Ferroviários, R. Voluntários da Pátria, 595, 5º andar, Centro, Porto Alegre. (A confirmar)

Data: 11 de junho/sábado

Início: 9 horas

Duração: Período da manhã

Realização: Sindivigilantes do Sul e Hospital de Clínicas de Porto Alegre

Programa

• Palestra: "Ritmos biológicos do ser humano, estresse e o trabalho de turno"

Introdução a conhecimentos básicos sobre o funcionamento dos ritmos biológicos no ser humano, a influência da luz artificial, do estresse e do trabalho de turno na saúde mental.

Palestrantes: Professora Dra. Maria Paz Loayza Hidalgo e André Comiran Tonon

• Palestra: "Higiene do Sono e Prevenção de Distúrbios do Sono"

Introdução a conhecimentos básicos sobre como ter um sono mais saudável e quais são os distúrbios do sono mais comumente encontrados na população em geral e em populações vulneráveis.

Palestrante: Dra. Karina Sandini de Souza

• Palestra: "Estresse e Violência Urbana: Como Enfrentá-los"

Introdução a conhecimentos básicos sobre transtorno de estresse pós-traumático, transtorno de estresse agudo, estratégias de tratamento e apresentação da rede assistencial no Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA).

Palestrante (s): Professora Dra Lúcia Helena Freitas Ceitlin

Fonte: Sindivigilantes do Sul

Pacote de Temer sinaliza para desconstrução da atuação do Estado na economia, diz economista

Estado do bem-estar social, que começou a vigorar com a Constituição de 1988, começa a ser desmontado com medidas anunciadas por governo interino

BNDES, como agente do Estado incentivador da economia e do emprego, será reduzido com medidas

Por trás da difícil terminologia da ciência econômica, o pacote de medidas que o governo interino de Michel Temer anunciou nesta terça-feira (24) traz uma mensagem política e conceitual clara: ele sinaliza para a desconstrução da atuação do Estado na economia e do chamado Estado de bem-estar social, que começou a ser estruturado com a Constituição de 1988. A opinião é do economista Guilherme Mello, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

A primeira coisa a se destacar, diz, é que, ao contrário do que se esperava, não houve anúncio de ajuste fiscal de curto prazo. "A peça de Temer prevê um déficit de quase o dobro do que a Dilma previa, que era de R$ 96 bi. O dele é de R$ 170 bi, e não vi ninguém dizer que é um absurdo. O governo anunciou um projeto de reformulação da Constituição, no sentido de que a Constituição de 1988 se constrói com base na ideia de ampliação dos direitos sociais. O que Temer anuncia é alterar essa estrutura de

direitos. Os direitos não são mais garantidos, como o próprio Meirelles já disse."

Para o economista, na hipótese de Temer ficar até o fim do mandato, em 2018, daria tempo de desconstruir grande parte do "Estado do bem-estar social". As propostas do pacote contêm, explicitamente ou subjacentes a elas, os princípios de enxugamento do Estado. "Se o Congresso estiver alinhado com o governo, e não sei se vai estar, ele conseguiria aprovar a reforma da Previdência, a lei de limitação de gastos públicos, a desvinculação das receitas fiscais para educação e saúde, desvinculação do salário mínimo aos benefícios sociais", analisa Mello. "Só com essas quatro mudanças você desmonta quase todo o sistema de proteção social e serviços públicos que a Constituição de 1988 montou, para não falar em reforma trabalhista", disse, oque, por si só, já seria um grande golpe.

Mello avalia que a regra pela qual a despesa pública deve crescer no máximo limitada à inflação vai penalizar os programas e investimentos sociais. "Não adianta o país crescer e a receita crescer. Se o país melhorar, o que vai ter para a educação é o que tem hoje, nem um centavo a mais." Segundo ele, para tornar viável essa proposta serão necessárias emendas à Constituição. "Pela regra deles, pode aumentar a arrecadação de impostos e o país crescer, mas não vai ser usado para o Estado de bem-estar social. Provavelmente vai ser usando para pagar juros da divida."

Segundo Mello, se o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva estivesse sujeito a essa regra, não haveria Minha Casa, Minha Vida, ProUni e outros programas sociais. "Esses programas só foram possíveis porque o crescimento e consequentemente o aumento de arrecadação permitiram o financiamento."

Mello destaca como emblemática do pacote a intenção do governo de determinar a devolução de R$ 100 bilhões de recursos do BNDES ao Tesouro Nacional. Ao contrário do que se poderia supor, não se trata de injetar dinheiro na economia produtiva. "O impacto disso no superávit primário é praticamente nenhum. Vai haver algum impacto no déficit nominal, porque vai reduzir o pagamento de juros e subsídios. O maior impacto concreto disso vai ser no poderio financeiro do BNDES, que vai diminuir."

Do ponto de vista fiscal, a proposta relativa ao BNDES não muda nada. "Os R$ 100 bilhões vão ser absorvidos pelo BC, mas vai-se tirar vigor do BNDES. O que muda é o tamanho do Estado, a possibilidade de um banco público atuar no desenvolvimento econômico."

A equipe de Temer pretende extinguir o chamado fundo soberano, criado com o pré-sal, para com seus recursos ajudar a reduzir o endividamento público. "Vamos talvez extinguir o fundo, enfatizo o talvez, e trazer esse valor para reduzir o endividamento público. Essa matéria, como a do BNDES, depende apenas do Executivo", disse Meirelles.

Para Guilherme Mello, o Fundo Soberano é irrelevante do ponto de vista fiscal e tem importância mais política. "Não é importante enquanto valor, são só R$ 2 bi. É relevante como conceito. Fundo Soberano é a possibilidade que o governo tem de, em vez de manter sobra de caixa, aplicar em empresas brasileiras que querem expandir atividades no exterior ou até em obras em infraestrutura ao redor do mundo. Com as medidas, isso acaba. Está desconstruindo mais um mecanismo do Estado, de atuação e intervenção na economia."

Fonte: Rede Brasil Atual

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Abdelaziz
Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF